

# Estudo Técnico Preliminar 20/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 50000.000344/2023-91

## 2. Introdução

2.1. A Equipe de Planejamento da contratação, designada pela Portaria nº 691, no Boletim de Gestão de Pessoas /SIGEPE – BGP nº 7.11, Ano 7, em 14 de julho de 2023, elaborou os Estudos Preliminares referentes à contratação em tela para análise de viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, em conformidade com o disposto no artigo 24 e no anexo III da IN SEGES/MPDG n.º 05/2017.

## 3. Objeto

3.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores executivos de representação incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro total sem franquia, abastecimento de combustível, lavagem, licenciamento anual com IPVA e demais tributos e custos quitados, para o transporte de autoridades a serviço deste Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos, em Brasília/DF.

## 4. Descrição da necessidade

4.1. Visando atender as necessidades de logística, bem como manter os serviços de locomoção das autoridades em serviço deste Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos, é que justifica-se a presente contratação.

4.2. Com a contratação dos serviços supracitados, pretende-se obter a necessária cobertura no apoio de logísticos nos deslocamentos, para atendimento de demandas externas das autoridades.

4.3. O transporte para autoridade está fundamentado nos incisos III e IV do art. 3º do Decreto nº 9.287 de 15 de fevereiro de 2018, desde que sejam cumpridos o §2º do art. 1º da Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019 e art. 11 da Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008 da SLTI/MPOG, que rezam:

*Decreto nº 9.287/2018*

*[...]*

*Art. 3º Os veículos de representação serão utilizados exclusivamente:*

*III - pelos Ministros de Estado;*

*V - pelos ocupantes do cargo de Natureza Especial ou pelo Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada das agências reguladoras.*

*[...]*

*Portaria nº 179/2019*

*[...]*

"§ 2º Considerando os aspectos de relevância e urgência, excepcionalidades pontuais, quanto às suspensões previstas nos incisos IV e V do caput, poderão ser autorizadas por ato fundamentado da autoridade máxima do órgão, permitida a subdelegação."

[...]

Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008.

[...]

### CAPÍTULO III

#### IDENTIFICAÇÃO VISUAL DOS VEÍCULOS

Art. 11. Os veículos de representação terão cor preta e placa de bronze, esta com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

[...]

4.4. Justifica-se a intenção de contratação de serviço desta natureza, terceirizando-se sua execução nos moldes art. 48 da Lei de Licitações nº 14.133/2021, caracterizando-se como atividade material acessória, instrumental ou complementar à área de competência legal do órgão licitante, não inerente às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.5. O transporte de autoridades constitui serviço acessório essencial ao desempenho das atividades desenvolvidas neste Ministério dos Transportes e no Ministério de Portos e Aeroportos, a serem realizados em Brasília/DF.

## 5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Transportes - SETRA	William Alves
Divisão de Logística - DILOG	Pedro Arthur Braune Guedes

## 6. Descrição dos Requisitos da Contratação

### Sustentabilidade

6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.1.1. O Contratado incumbir-se-á do cumprimento ao item 6.1.4. do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### Subcontratação

6.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da Contratação

6.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

6.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

6.8. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

6.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## Vistoria

6.10. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços. Contudo, frisamos que os veículos serão alocados em local adequado.

## Margem de Preferência

6.11. Após consulta realizada em sítio eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacao.asp?tipo=7>), a Equipe de Planejamento constatou que não há registro de publicação de Decreto de regulamentação para estabelecimento de margem de preferência para a contratação em tela.

## Da Participação de Consórcio, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas

6.12. A admissão de consórcios em licitações se constitui em exceção prevista no artigo 14, da Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, há casos em que a formação de consórcios pode contribuir para a redução do universo da disputa, da mesma forma em que observando a realidade de um objeto envolto de certa complexidade, a associação tenderia à ampliação da competitividade no certame.

6.13. Assim, ao sopesar as peculiaridades do objeto a que se pretende contratar e a comprovação histórica de que empresas participantes isoladamente conseguem, garantiria competitividade do certame e a fiel execução do objeto, a proibição de consórcio neste certame deve ser entendida como segurança ao interesse público, uma vez que para o fornecimento dos materiais e serviços não exigem complexidades.

6.14. Em relação à cooperativas, poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o art. 10 da IN nº 5/2017 e por considerar que no objeto ora licitado há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, sendo vedado qualquer tipo de subcontratação.

6.15. Para a contratação em tela, será permitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado as referidas, os termos dos artigos 46 ao 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pela contratada, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

## Da Consulta aos Cadernos de Logística

6.16. Destacamos que o presente objeto licitatório não possui caderno de logística específico, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernos-delogistica>).

## Serviço continuado

6.17. A presente contratação se destina à contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma contínua, de serviços de locação de veículos executivos tipo I, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, materiais e equipamentos necessários para o transporte de agentes públicos quando a serviço. A interrupção dos serviços certamente comprometerá a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional do órgão.

## Regime de execução

6.18. Será adotado como regime de execução da contratação a empreitada por preço unitário, uma vez que não é possível definir com precisão os quantitativos que serão demandados.

## 7. Levantamento de Mercado

7.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise, conforme quadro levantamento de mercado descrito abaixo:

Pesquisa de Levantamento de Mercado		
Objeto	Órgão	Contrato
	Ministério da Agricultura, Pecuária e	

Locação de Veículos.	Abastecimento.	38/2020
	Ministério da Integração Nacional.	22/2021

7.2. Para a contratação dos serviços de locação de veículos, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

7.3. Importante acrescentar que durante o levantamento de mercado foi observado que em razão do presente objeto de contratação não apresentar grande vulto ou complexidade técnica que torne restrito o universo de possíveis licitantes, as licitações realizadas pela administração pública não requer a necessidade de participação de empresas reunidas em consórcio.

## 8. Descrição da solução como um todo

8.1. Analisando as licitações disponíveis no Compras Governamentais, identificamos três modelos de contratações para locação de veículos:

8.1.1. Solução 1: Utilização de frota própria de veículos, comprados por licitação e adquiridos e que constam como parte do patrimônio da instituição, utilizando equipe de motoristas servidores, contratados através de concurso público.

8.1.2. Solução 2: Utilização de frota própria de veículos, comprados por licitação e que constam como parte do patrimônio da instituição, porém, utilizando equipe de motoristas terceirizados contratados através licitação como dedicação exclusiva de mão de obra.

8.1.3. Solução 3: Terceirização dos veículos utilizando os motoristas de um contrato já em execução através de realização de licitação para contratação de empresa de locação de veículos executivos sem motorista, e responsabilização total sobre questões trabalhistas cabendo somente à empresa, e atendendo às necessidades da instituição apenas a partir da emissão da Nota de Serviço - OS.

### Análise e Escolha Entre as Soluções Existentes:

8.2. Ao apreciar as soluções, ponderando-se os custos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 3, terceirização da locação dos veículos, sem motorista.

8.3. Vale destacar que o MT mantém frota própria de veículos defasada e que em anos anteriores manteve equipe de servidores nas função de motoristas, e posteriormente contratação de motoristas terceirizados. No entanto, ao longo dos últimos anos, também seguindo os preceitos legais correspondentes, o MT não possui estes serviços devido sua extinção, e posteriormente, à medida que os veículos atingiam os limites legais de tempo de uso de acordo com o Anexo III da Instrução Normativa IRFB nº 1700/2017, baseado no princípio da economicidade com relação aos custos anuais de manutenção, alguns vêm sendo desativados e destinados a leilão.

8.4. Em cumprimento ao item III, do art. 1º da Portaria 179, de 22 de abril de 2019, que restringe em diversos aspectos a aquisição de veículos por órgãos públicos, gerando a necessidade da locação desses veículos, e visando à eficiência nas etapas de licitação e gestão contratual, e ainda seguindo o padrão da grande maioria das contratações de outros órgãos públicos os quais avaliamos, faria total sentido separar a contratação de locação de veículos e a de motoristas.

8.5. Justificativa para as características dos veículos:

8.5.1. Automóvel tipo sedã, 4 portas, com capacidade para 5 passageiros: a seleção de veículo sedã se dá pelas características específicas do segmento, que prevê maior espaço interno aos passageiros nos bancos traseiros, maior estabilidade e conforto no trânsito. Prevendo que os percursos do veículo se darão em ambiente urbano, asfaltado e de trânsito regular, a seleção de veículo tipo SUV seria desnecessária, enquanto veículo de menor volume poderia comprometer o espaço interno e conforto dos ocupantes. Considerando que as autoridades, por vezes, levam convidados nos automóveis, o espaço e conforto promovido por veículo de tipo sedan são características necessárias.

8.5.2. Quilometragem máxima de 20.000km com até 01 (um) ano de fabricação: A estipulação de quilometragem máxima bem como de sua fabricação, visa a garantia de fornecimento de automóveis com

baixa rodagem, evitando riscos inerentes ao uso de equipamentos e peças de uso prolongado, provendo maior segurança e conforto aos usuários.

8.5.3. Cor preta: A exigência da cor preta dos veículos visa garantir o cumprimento às descrições dos veículos de representação do art. 11, capítulo III da Instrução Normativa nº 03/2008, que dispõe:

[...]

*Art. 11. Os veículos de representação terão cor preta e placa de bronze, esta com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.*

[...]

8.5.4. Freio ABS, no mínimo 6 airbags: a exigência das características visa prover itens de segurança mínimos aos motoristas e passageiros. O freio ABS é hoje item obrigatório de segurança, por meio das Resoluções nº 311 e 312 do Contran. O quantitativo mínimo de Airbags foram dimensionados considerando a possibilidade de ocupação total do veículo com passageiros.

8.5.5. Motor mínimo 2.0 com potência mínima de 160 cv, tipo flex ou híbrido: A definição de critérios de potência do motor visa prover aos veículos capacidade de locomoção ágil em situações de risco, ao tempo em que possibilita maior celeridade no trânsito das autoridades atendidas. A exigência de motorização flex ou híbrida atende a critérios de sustentabilidade, possibilitando ao veículo o uso de fontes energéticas menos poluentes, em alinhamento com as prioridades do Governo Federal.

8.5.6. Dotado de ar-condicionado Digital, rádio e CD/MP3, travas e vidros elétricos, direção hidráulica: trata-se de itens mínimos de conforto térmico e interno importantes para garantia da satisfação dos usuários. Contribuem, ainda, para a segurança dos motoristas e passageiros, ao permitir o trânsito com as janelas fechadas. São itens comumente de série nos automóveis da categoria, e não implicam em significativo impacto financeiro na contratação.

## 9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. A estimativa das quantidades de veículos e sua respectiva quilometragem assegurada para a pretensa contratação foi levantada com base no histórico de demandas, conforme documento 7277823.

## 10. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.453.685,14

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.453.685,14 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil seiscentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos).

## 11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. A contratação dos serviços em grupo único sem parcelamento do seu objeto é a que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

11.2. O parcelamento tornaria os serviços a serem prestados insignificantes em termos de valor, tornando-os desvantajosos para as empresas.

11.3. Com maior valor do contrato seria mais atraente para as empresas do segmento acarretando em maior competitividade no certame.

11.4. Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia processual.

11.5. Nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa.

11.6. De recursos financeiros, pois não serão multiplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos, entre outros.

11.7. De recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação.

11.8. Não haverá qualquer prejuízo para os potenciais licitantes, pois o volume de negócios será atraente para que muitas empresas do mercado possam participar da licitação.

## 12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

## 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. O objeto da contratação é a prestação de serviços de locação de veículos. O serviço em questão contribuirá para a locomoção de autoridades e servidores quando a serviço do MT e MPor no Estado do Distrito Federal.

13.2. Nesse sentido, acredita-se que a contratação guarda conformidade com a Portaria nº 542, de 30 de agosto de 2019, que institui o Planejamento Estratégico no âmbito deste Ministério e suas Entidades Vinculadas para o período de 2019 a 2022, mais especificadamente quando aprimora a disponibilidade das informações, conforme dados transcritos abaixo:

[...]

*Portaria nº 542, de 30 de agosto de 2019.*

*"OBJETIVOS ESTRATÉGICOS"*

(...)

*c) Tema: SATISFAÇÃO*

*Objetivo 3: Melhorar o nível de serviços de transportes e de trânsito.*

[...]

13.3. A pretensa contratação de empresa especializada no serviços de locação de veículos foi incluída no Plano Anual de Contratações - PAC para execução no exercício 2023, com vistas a atender às necessidades de deslocamentos de cobertura de logística dos servidores a serviço do MT e MPor, sob o número 732, conforme documento 7416562.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. Espera-se com esta contratação obter-se no mínimo os seguintes resultados:

14.1.1. Diminuição dos valores desembolsados anualmente com licitações, ou até mesmo por economicidade processual, de fiscalização e de controle da contratação do objeto;

14.1.2. Otimização da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto na fiscalização de contratos;

14.1.3. Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;

14.1.4. Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para o órgão;

14.1.5. Qualidade e quantidade dos recursos e materiais utilizados;

14.1.6. Em relação à eficácia: atendimento de todas as demandas de transporte, no suporte à atividade finalística do órgão;

14.1.7. Garantir a boa execução dos serviços, que seja satisfatória para o usuário/cliente e eficiente para o órgão;

14.1.8. Destaque-se que inexistem quadros funcionais típicos no Ministério dos Transportes para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes; e

14.1.9. Quanto à eficiência: assegurar a continuidade dos serviços do objeto, e do uso racional dos recursos financeiros.

14.2. Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a contratação do objeto, exceto os valores referentes ao pagamento da fatura mensal.

14.3. Com a contratação em tela busca-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível que uma alocação de recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma econômica e sustentável.

14.4. O resultado pretendido é a locomoção de autoridades e servidores quando a serviço do Ministério em todo o DF.

## 15. Providências a serem Adotadas

15.1. Não se aplica, uma vez que o Contratante já possui local para guarda dos veículos bem como os serviços serão executados em vias públicas.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Os possíveis impactos ambientais para essa contratação são: emissão de poluentes na camada de ozônio, vazamento de combustível do veículo, etc. Com isso, a licitante deverá comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN 01/2010 e no guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que couber.

16.2. Todo o material e tecnologia deverão ser ambientalmente sustentáveis, atendendo a IN no 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5.º, II, art. 6º, IV, V, VII e VIII, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.

16.3. A Contratada deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01, de 19 de janeiro de 2010; da Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução CONAMA Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

16.4. A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Locação de veículos.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Com base no exposto neste Estudo, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento designada pela Portaria nº: 691, de 14 de julho de 2023, publicada no Boletim de Gestão de Pessoas/SIGEPE – BGP nº 7.11, Ano 7, em 17 de julho de 2023, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Integrante Requisitante

**WILLIAM ALVES**

Servidor



*Assinou eletronicamente em 31/10/2023 às 11:09:19.*

Despacho: Integrante Técnico

**PEDRO ARTHUR BRAUNE GUEDES**

Servidor



*Assinou eletronicamente em 31/10/2023 às 11:11:25.*

Despacho: Integrante Administrativo

**BRUNO GOMES RODRIGUES**

Servidor